**A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE PARA A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

RAYRINNE STEFANI DE ABREU ROLIM (IFPB, Campus Cajazeiras), FRANCISCA ERICA DE SANTANA NUNES (IFPB, Campus Cajazeiras), CAROLINE MUÑOZ CEVADA JERONYMO (IFPB, Campus Cajazeiras)

**E-mails:**  rayrinne.stefani@academico.ifpb.edu.br,  erica.nunes@academico.ifpb.edu.br,  caroline.jeronymo@ifpb.edu.br.

**Área de conhecimento:(Tabela CNPq)**: 3.01.01.00-0 Construção Civil.

**Palavras-Chave**: técnico em edificações; acessibilidade; desenho universal; microacessibilidade.

# 1 Introdução

A sociedade tem evoluído cada vez mais sob óticas humanas e sociais e, por isso, tem sido necessário prover espaços que valorizem o ser humano, integrando-o. No entanto, ainda nos dias de hoje, é frequente encontrar grande parte das construções pouco acessíveis. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nesse cenário, têm cumprido um papel que vai além de prescrever as diretrizes de projetos, passando a colaborar para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A fase de concepção de projetos arquitetônicos e urbanísticos deve conceber os preceitos da acessibilidade e do desenho universal. Desse modo, faz-se extremamente necessário que sejam formados profissionais competentes, críticos e capacitados, como o Técnico em Edificações, para lidar com os avanços tecnológicos e desempenhar esses papéis na sociedade.

Destarte, este trabalho justifica-se pela necessidade de entender a importância do Técnico em Edificações como promotor da acessibilidade na sociedade. Tem como objetivo principal discutir a relevância da acessibilidade dentro da formação acadêmica e profissional do Técnico em Edificações; e como objetivos específicos: entender o papel do Técnico em Edificações quanto à promoção da acessibilidade em sua prática profissional; relacionar acessibilidade e desenho universal, compreendendo a necessidade da consideração desses aspectos em projetos e na execução; tomar conhecimento das exigências da NBR 9050 (ABNT, 2020) e NBR 15575 (ABNT, 2013) no que tange aos elementos essenciais aos projetos arquitetônicos providos de acessibilidade; Sensibilizar os profissionais técnicos sobre a importância e necessidade de respeito às diferenças e garantia de acesso universal a espaços e equipamentos a todos.

# 2 Materiais e Métodos

Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores e materiais disponíveis já publicados sobre a inclusão daqueles com deficiência ou mobilidade reduzida. No rumo da investigação, a pesquisa se organiza sob a relevância da acessibilidade com o profissional do Técnico em Edificações.

Em um primeiro momento, buscou-se entender o papel do Técnico em Edificações, o que é e, para aprofundamento na discussão e embasamento, recorreu-se a referências em livros, artigos, dissertações e, indubitavelmente, em normas e legislação pertinentes para a execução do trabalho. Com os dados encontrados durante os estudos, foi possível entender sobre a importância da promoção da acessibilidade em obras e projetos elaborados e executados pelo Técnico em Edificações.

# Resultados e Discussão

## 3.1 Técnico em edificações: formação e atuação

O Técnico em Edificações é o profissional responsável por realizar atividades específicas de sua área, dentro dos limites regulamentares das suas atribuições. Trata-se de um profissional com uma formação tecnológica generalista e sólida. Além disso, é possuidor de um olhar crítico, ético e responsável, capaz de trabalhar em equipe multiprofissional, pois possui uma visão integral dos processos construtivos e conhecimento das novas tecnologias.

É um profissional com formação fundamentada em bases científico-tecnológicas e que poderá exercer suas atividades em empresas públicas, como os órgãos federais, estaduais, municipais e as autarquias, em empresas privadas, como as construtoras, escritórios, consultorias, como também pode optar de trabalhar como autônomo, prestando serviços. Por isso, faz-se necessário que eles sejam voláteis, mantendo-se atualizados com as novas tecnologias, de modo a atender os anseios que o mercado de trabalho apresenta, sobretudo no que concerne à aplicação das normas e conceitos em projetos, que, por sua vez, pode ser entendido como uma das primeiras etapas do processo, uma vez que é durante esse momento que são determinadas as definições projetuais, como a organização do espaço e outros componentes inerentes à construção.

O curso Técnico de nível médio em Edificações geralmente é ofertado na modalidade integrada ou subsequente: a forma integrada tem duração média de 3 anos e nela a formação técnica ocorre simultaneamente ao ensino médio, já a modalidade subsequente exige como requisito mínimo para ingresso, a conclusão do ensino médio e possui uma duração média de 2 anos. A matriz curricular contempla, ao longo do curso, as mais diversas áreas do eixo profissional, englobando disciplinas de Desenho Técnico, Meio Ambiente, Desenho Arquitetônico, Topografia, Materiais de Construção Civil, Higiene e Segurança no Trabalho, Projeto Arquitetônico, Projeto de Instalações Hidrossanitárias Residenciais, Projeto Instalações Elétricas Residenciais, Desenho de Estruturas, Tecnologia das Construções I, Estabilidade das Construções, Legislação aplicada à Construção Civil, Empreendedorismo, Planejamento e Orçamento de Obras, Mecânica dos Solos, Tecnologia das Construções II, Desenho Assistido por Computador e Tecnologia da Qualidade. Aliado a isso, há o fato da acessibilidade ser trabalhada em, praticamente, todas as disciplinas ao longo do curso em Edificações, subsequente e integrado, que, por sua vez, apresenta uma carga horária significativa que pode variar de, em média, 1.693 horas a 3.400 horas, incluindo o estágio.

Pelo vasto campo de possibilidades de atuação, esses profissionais devem ser possuidores de múltiplas competências. O domínio da técnica e a sua aplicação pode acontecer desde a concepção dos projetos pelo profissional em Edificações e a partir do auxílio dos mais diversos softwares, como o AutoCad, Sketchup, Revit, entre outros, que permitem colocar em prática, nos desenhos auxiliados por computador, decisões cruciais que garantam a acessibilidade e o pleno atendimento aos objetivos iniciais de um projeto construtivo com qualidade e inclusão.

O egresso do curso Técnico em Edificação é um profissional com uma base de formação consolidada e que pode atuar como agente transformador da realidade nas mais diversas esferas, sempre seguindo os preceitos do desenvolvimento sustentável, agregando, em sua atuação, princípios éticos. O profissional concluinte está apto para desenvolver atividades em diferentes vertentes, que variam, segundo o Projeto Pedagógico do Curso(PPC), desde a elaboração de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica; elaboração de projetos técnicos; elaboração de planejamento de obras; instalação e gerenciamento do canteiro de obras; à supervisão e execução de obras e controle do processo.

## 3.2 Acessibilidade: conceito, legislação e aplicabilidade

As cidades desempenham uma grande importância na vida das pessoas, devido a serem o lugar que norteia boa parte das relações sociais de partilha de experiências de vida entre os cidadãos. Tido como um sistema, seus componentes devem estar ajustados às necessidades de deslocamento dos indivíduos, de modo a promover rotas acessíveis, que interliguem espaços, integrando-os. Assim, o espaço urbano deve ser concebido de modo integrado, de modo que os equipamentos e as edificações possuam ligação e acesso com os demais equipamentos ou áreas da cidade, de modo que se tenha um sistema estruturado em sua totalidade capaz de garantir acessibilidade. Nesse viés, acessibilidade pode ser dividida em: macroacessibilidade, que é a facilidade de cruzar o espaço e ter acesso aos equipamentos e construções; e microacessibilidade, que é a facilidade de ter acesso direto aos veículos e aos destinos finais desejados.

Quando se idealiza acessibilidade em projetos arquitetônicos, sabe-se que ele precisa preconizar ambientes que permitam uso com equidade entre os usuários, a partir dos mais diversos usos específicos que se possam fazer dele, de modo a garantir para ele as melhores condições de uso, função, segurança e, sobretudo, sendo acessível e promovendo a acessibilidade. Dessa forma, por conseguinte, gerando bem-estar.

Na concepção e idealização de projetos arquitetônicos, urbanísticos ou mesmo de mobiliário, é essencial considerar as diferentes potencialidades e limitações do homem, de modo a incluí-lo. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida devem ter igualdade de autonomia dentro dos espaços internos ou externos, sejam eles pessoais ou urbanos. As condições de acessibilidade extrapolam o contexto arquitetônico, englobam também os detalhes do projeto. Trata-se, pois, de um direito que deve ser garantido a todos e, por isso, parte de atitudes de todos para todos.

Envolvendo acessibilidade, há o Desenho Universal, cujo conceito estabelece um conjunto de conhecimentos que idealizam espaços, produtos e serviços, utilizáveis com eficácia, segurança e conforto pelo maior número de pessoas possível, independentemente das suas capacidades. Por seu propósito essencialmente inclusivo, o desenho universal resulta em uma maior ergonomia para todos e não apenas de uma minoria. Os sete princípios que fundamentam a base do Desenho Universal são: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico, dimensão e espaço para aproximação e uso (ABNT, 2020).

É muito comum e popular relacionar que projetos acessíveis são aqueles que são compatíveis às normas (principalmente a NBR 9050). No entanto, criar espaços acessíveis não significa somente obedecer à NBR 9050 como uma etapa do projeto arquitetônico ou fazer adaptações no espaço já construído, pois reflete-se muito além, é assumir que os espaços devem atender a todas as pessoas (e toda a sua pluralidade). Outras normas também citam acessibilidade incorporada ao processo projetual e construtivo, como é o caso da NBR 15575, que trata sobre o desempenho de edificações habitacionais. Ela estabelece os requisitos básicos para a acessibilidade e funcionalidade das edificações (ABNT, 2013). Objetivava-se garantir, portanto, com que os indivíduos tenham conforto no desempenho de suas atividades essenciais.

## 3.3 Discussão

Considerando-se, pois, a diversidade humana, bem como as suas inúmeras e diferentes necessidades, as normas e legislações pertinentes estão sempre evoluindo para englobar cada vez mais as pluralidades humanas, dadas as atualizações que visam sempre preencher e/ou corrigir inúmeras lacunas e falhas nesse processo, como também atender a evolução da sociedade e as necessidades humanas, que não são fixas. Cabe ao profissional técnico, por sua vez, entendê-las como um recurso auxiliar de embasamento, por prescrever as diretrizes de projetos com segurança e eficácia, mais do que ser apenas uma obrigatoriedade de aplicação.

Desta forma, a garantia do direito à igualdade, passa pela promoção da autonomia e utilização dos espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. Essas circunstâncias estão ligadas às soluções arquitetônicas e urbanísticas da cidade, que podem ser garantidas pelo idealizador do projeto, como é o caso de uma das atribuições possíveis ao Técnico em Edificações. Assim, ele poderá colaborar para o exercício pleno da cidadania, respeitando as normas técnicas brasileiras elaboradas pela ABNT e encontrando nelas um auxílio para embasamento das condições básicas de acessibilidade.

Por isso, cabe aos profissionais envolvidos, em sua atuação e cientes da legislação pertinente, pensar primordialmente em espaços providos dessas características. Com essas atitudes, é possível criar, o que é ideal, mas também adaptar os ambientes existentes, sejam eles privados ou até mesmo os locais públicos, como as ruas, equipamentos urbanos, praças e transportes para atender a todos, sobretudo aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo o potencial inclusivo para quem utiliza esses espaços. É preciso garantir que as relações do homem com o ambiente físico e com as necessidades do espaço sejam de funcionalidade e de utilidade. Além de atender as demandas de grupos específicos de indivíduos específicos, atende a totalidade.

# 4 Considerações Finais

Os princípios de acessibilidade e desenho universal são essenciais aos projetos de construção civil, uma vez que promovem a democratização do ambiente público e privado para todas as pessoas que utilizam os espaços. Atualmente, o Brasil é possuidor de legislação vasta e específica que garante o direito de todos no que tange ao acesso universal. Todavia, a prática destoa um pouco e a fiscalização para o cumprimento das exigências ainda é muito ineficaz, pois uma parcela da população, principalmente aquela que é portadora de deficiência, ainda se depara espaços não acessíveis: há obstáculos e barreiras, condições precárias nos passeios, desníveis e trepidações, entre outros, ou seja, tudo que vai de encontro ao que preconiza uma arquitetura inclusiva.

Na etapa de projeto e planejamento é fundamental cumprir parâmetros e os critérios técnicos impostos pelas normas de acessibilidade vigentes, seja para garantir a inclusão, seja para oferecer segurança e conforto aos usuários das edificações. É de responsabilidade desse profissional técnico, mais do que prover acessibilidade, mas sim ter comprometimento, na concepção do projeto, garantindo economia, segurança e conforto. Ele está apto, ainda, a atuar em projetos de intervenção, sendo capaz de analisar e propor soluções para garantia da acessibilidade.

Cabe ao Técnico em Edificações, ciente de suas atribuições e possuidor de competências acadêmicas sólidas, projetar, construir ou prover espaços justos. Para isso, é preciso considerar as características e exigências próprias dos cidadãos com necessidades e garantir a promoção da acessibilidade para todos, mais do que por solidariedade, mas sobretudo por justiça social. Por isso, dado o seu imensurável valor, a acessibilidade é um requisito indispensável para a garantia da equidade e, portanto, ela é fundamental ao profissional Técnico em Edificações, já que aquele que projeta incluindo, destaca-se pessoal e profissionalmente.

**Referências**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15.575-1: Edificações habitacionais – Desempenho Parte 1: Requisitos Gerais. Rio de Janeiro. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.